

**HABEAS CORPUS Nº 549.268 - ES (2019/0360045-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : ADRIANA FERREIRA DA CRUZ E OUTRO  
**ADVOGADOS** : ADRIANA FERREIRA DA CRUZ - ES021479  
FABIO MARÇAL VASCONCELLOS - ES030853  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
**PACIENTE** : MAXSUEL FERREIRA CAETANO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de MAXSUEL FERREIRA CAETANO, contra decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo que indeferiu pedido liminar (HC n. 0035737-07.2019.8.08.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso em flagrante, juntamente com outro indiciado, pela suposta prática do crime previsto no artigo 180 do Código Penal, tendo sido arbitrada a fiança de R\$ 6.500,00, que deixou de ser recolhida. Em audiência de custódia, o Magistrado reduziu o valor da fiança para R\$ 5.000,00, porém mais uma vez não foi paga, sob o argumento de hipossuficiência.

Requerida a dispensa do pagamento da fiança, o Juízo de primeiro grau, acolhendo o parecer ministerial, indeferiu o pedido e decretou a prisão preventiva do paciente, por entender estarem presentes os requisitos autorizadores da medida.

Irresignada com a prisão preventiva, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal estadual. O pedido liminar, no entanto, foi indeferido (e-STJ fls. 12/13).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, que o paciente somente está preso em razão da falta do pagamento da fiança.

Sustenta que mesmo com a redução do valor para R\$ 5.000,00, o

paciente não tem qualquer condição de efetuar o pagamento.

Assevera que o decreto prisional carece de fundamentação idônea, estando embasado apenas na gravidade abstrata do delito.

Pugna, liminarmente e no mérito, pela revogação da prisão preventiva, tudo com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

*CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007)*

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é

# *Superior Tribunal de Justiça*

possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Inicialmente, ao que se tem dos autos, o paciente não está preso somente em razão da falta do pagamento da fiança, pois houve a decretação de sua prisão preventiva (e-STJ fls. 224/227).

Quanto à alegação de ilegalidade da prisão preventiva, a decisão que decretou a medida cautelar considerou relevantes as circunstâncias concretas do caso para justificar a necessidade de imposição da prisão para garantia de ordem pública, principalmente pelo fato de o paciente é reincidente em crime contra o patrimônio, além de possuir outros registros criminais.

Nesse contexto, *A garantia da ordem pública, para fazer cessar a reiteração criminosa, é fundamento suficiente para a decretação e manutenção da prisão preventiva* (RHC n. 55.992/SP, Relator Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 19/03/2015, DJe 16/04/2015).

Entendo, portanto, não ser o caso de superação do enunciado 691 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília/DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator